

Sumário

Apresentação..... 1

Prefácio 7

PARTE 1: PLANEJAMENTO, PROCEDIMENTOS E CONTROLE

**A Hora e a Vez do Planejamento das Contratações Públicas:
as Novidades da Lei nº 14.133/2021**..... 15

Bernardo Strobel Guimarães | Pedro Henrique Braz De Vita

1. Introdução 15

2. O Planejamento como Princípio e a Importância da Fase
Preparatória..... 17

3. A Fase Preparatória e o Estudo Preliminar 20

4. As Diretrizes do Planejamento e da Padronização..... 23

5. Considerações Finais..... 26

6. Referências..... 27

**Os Mecanismos da Nova Lei de Licitações para a Promoção do
Desenvolvimento Nacional Sustentável** 29

Thiago Lima Breus | Natália Bortoluzzi Balzan

1. Introdução 30

2. A Inclusão do Incentivo ao Desenvolvimento Nacional Sustentável
como Objetivo do Processo Licitatório..... 32

3. A Delimitação da Contratação Mais Vantajosa à Luz do
Desenvolvimento Nacional Sustentável na Nova Lei..... 42

4. O Licenciamento Ambiental na Nova Lei de Licitações 48

5. Conclusões..... 52

6. Referências Bibliográficas..... 54

Governança Pública, Consensualismo e Oportunidades de Diálogo na Nova Lei de Licitações.....57

Gabriela Lira Borges

1. Introdução	57
2. Governança: do Privado para o Público.....	59
3. Do Diálogo como Contributo para a Governança Pública.....	67
4. Oportunidades de Diálogo na Nova Lei.....	73
4.1 Diálogo competitivo.....	73
4.2 Audiência pública.....	76
4.3 Procedimento de manifestação de interesse - PMI.....	79
4.4 Contratação integrada e semi-integrada.....	82
4.5 Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	85
5. Considerações Finais.....	88
6. Referências Bibliográficas.....	90

Comentários aos Artigos 22 e 103 da Nova Lei de Licitações e Contratos: a Alocação de Riscos e Seus Reflexos no Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo..... 93

Aldem Johnston Barbosa Araújo | Roberto Pimentel Teixeira

1. Linhas Gerais sobre a Alocação de Riscos nos Contratos Administrativos.....	94
2. Aspectos Formais dos Artigos 22 e 103 da Nova Lei de Licitações	96
3. Hipóteses de Facultatividade e Obrigatoriedade da Alocação de Riscos nos Contratos Administrativos.....	98
4. A Alocação de Riscos no Novo Regime Jurídico de Compras e Contratações Públicas: Considerações Gerais	100
5. A Alocação de Riscos na Nova Lei de Licitações e o Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos.....	103
6. Possíveis Repercussões Práticas dos Artigos 22 e 103 da Nova Lei de Licitações: Tentativa de um Exercício de Prognose.....	103

7. Considerações Finais: O que Deve Ser Evitado ao Interpretar os Artigos 22 e 103 do Novo Regime de Licitações e Contratações Públicas?	105
A Nova Lei de Licitações e as Novas Hipóteses de Dispensa de Licitação.....	109
<i>Caio Augusto Nazário de Souza</i>	
1. Introdução	109
2. O Regime Constitucional, a Dispensa de Licitação e a Desburocratização da Nova Lei de Licitações	110
3. Reflexões sobre as Novas Hipóteses de Dispensa de Licitação Trazidas pela Lei nº 14.133/2021	115
4. Conclusão	124
5. Referências	125
O Sigilo do Orçamento na Nova Lei de Licitações: Quando Adotá-lo e Qual o Resultado Prático para os Procedimentos Licitatórios?	127
<i>Clóvis Alberto Bertolini de Pinho</i>	
1. Introdução	128
2. Antecedentes Normativos que Conduziram à Alteração Legislativa da Lei de Licitações.....	129
3. As Previsões da Nova Lei de Licitações Quanto ao Orçamento Estimado da Licitação	133
3.1 Não obrigatoriedade de adoção do orçamento sigiloso	134
3.1.1 Casos em que é oportuna a adoção do orçamento sigiloso.....	134
3.2 Momento da revelação do orçamento estimado aos licitantes	135
3.3 O que deve ser objeto de divulgação?.....	136
3.4 Sigilo do orçamento que não se converte em cerceamento de defesa.....	137
3.5 Fase de negociação e o impacto direto do orçamento estimado para a desclassificação das propostas	137
3.6 Modificações no orçamento que devem ser comunicadas aos licitantes	138

3.7 Inoponibilidade do sigilo aos órgãos de controle	138
4. Reais Impactos do Sigilo do Orçamento para os Procedimentos Licitatórios – A Experiência do RDC	138
5. Conclusões.....	140
6. Referências Bibliográficas.....	142
O Diálogo Competitivo à Luz da Nova Lei de Licitações: Um Comparativo entre a Perspectiva Europeia e as Expectativas em Âmbito Nacional	145
<i>Iran Mateus Reis Silva Vinicius Germano Angermeyer</i>	
1. O Diálogo Competitivo.....	145
2. O Diálogo Competitivo no Cenário Europeu	149
3. O Diálogo Competitivo na Realidade Brasileira	151
4. Conclusão	153
5. Referências	154
A Que(m) Serve o Princípio da Isonomia na Nova Lei de Licitações? A Desclassificação e Inabilitação de Licitantes na Lei nº 14.133/2021	157
<i>Luiz Eduardo Altenburg de Assis</i>	
1. Introdução	158
2. A Lógica das Fases de Julgamento e Habilitação	159
3. O Problema da Bipolaridade do Princípio da Isonomia	164
4. O Novo Paradigma da Lei nº 14.133/2021 sobre os Vícios Documentais.....	173
5. O Dever de Regularização de Documentos nas Fases de Julgamento e Habilitação.....	178
5.1. Regularização dos documentos da proposta	179
5.2. Regularização dos documentos de habilitação.....	185
6. À Guisa de Conclusão: por uma Compreensão Instrumental do Princípio da Isonomia em Prol da Formalização da Contratação Mais Vantajosa	187
7. Referências	189

Modos de Disputa em Licitações de Acordo com a Nova Lei de Licitações	191
<i>Daniel Pacheco Ribas Beatriz</i>	
1. Introdução	191
2. A (Decepcionante) Escassez de Novidades sobre o Tema.....	192
3. O Funcionamento dos Modos de Disputa.....	194
3.1 Modo de disputa aberto.....	195
3.1.1 Oferta de lances intermediários.....	196
3.1.2 Repetição do modo de disputa.....	198
3.1.3 Inexistência de previsão de proposta inicial escrita.....	200
3.1.4 Proibição do modo de disputa aberto quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.....	201
3.2 Modo de disputa fechado	202
3.3 Modo de disputa misto.....	203
3.3.1 Modo “fechado-aberto”	203
3.3.2 Modo “aberto-fechado”	204
3.4 Considerações gerais sobre o pregão e a concorrência	205
4. Considerações Finais.....	207
5. Referências Bibliográficas.....	208
Nova Lei de Licitações: o Sistema de Registro de Preços – SRP	211
<i>Érica Miranda dos Santos Requi</i>	
1. Uma Nova Disciplina	211
2. Principais Alterações para o SRP Nacional	212
2.1 Cabimento do SRP	212
2.2 Prazo de Validade	215
2.3 Contratação de Obras Por SRP	216
2.4 Contratação Direta para SRP	220
2.5 Adesão à Ata de Registro de Preços	221
2.6 Intenção de Registro de Preços	225
3. Considerações Finais.....	226

O Controle das Contratações Públicas na Nova Lei de Licitações..... 235

Murilo Taborda Ribas

1. Introdução	235
2. Práticas Contínuas e Permanentes de Gestão e de Controle Preventivo de Riscos – Art. 169	237
3. Métodos e Parâmetros de Controle das Contratações Públicas – Arts. 170 a 173	242
3.1 Critérios para a fiscalização dos atos licitatórios – art. 170.....	242
3.2 Requisitos e condições ao exercício do controle – art. 171 e seus incisos	248
3.3 Os tribunais de contas no controle das contratações – art. 171 a 173.....	251
4. Conclusão	257
5. Referências Bibliográficas.....	258

PARTE 2: REGIME CONTRATUAL

As Possibilidades do Emprego da Contratação Administrativa como Meio de Implementação de Políticas Públicas na Lei 14.133/2021 263

Thiago Lima Breus

1. Introdução: O Emprego do Contrato Público como Meio de Efetivação de Políticas Públicas.....	263
2. O Uso Indireto da Contratação Pública para o Alcance de Outros Objetivos Legais e Constitucionais.....	268
3. A Política Pública Veiculada por Meio de um Contrato Administrativo.....	272
4. Conclusões.....	284
5. Referências.....	286

Contrato de Eficiência..... 291

Rodrigo Luís Kanayama

1. Introdução	291
---------------------	-----

2. Conceito de Eficiência para Fins do Contrato de Eficiência.....	294
3. Conceito de Prestação de Serviços	295
4. Redução de Despesas Correntes	296
5. Forma de Estabelecimento da Remuneração.....	298
6. Dos Critérios de Julgamento	300
7. Do Insucesso na Execução do Contrato	301
8. Da Duração dos Contratos.....	303
9. Aplicações e Aplicabilidade: Conclusões.....	304
Os Regimes de Execução Contratual na Nova Lei de Licitações	305
<i>Angela Cassia Costaldello Pedro Henrique Braz De Vita</i>	
<i>Iran Mateus Reis Silva</i>	
1. Introdução	306
2. As Empreitadas por Preço Global e por Preço Unitário	307
3. A Empreitada Integral e a Tarefa.....	314
4. Contratação Integrada e Semi-Integrada.....	318
5. Fornecimento e Prestação de Serviço Associado	327
6. Conclusão	330
7. Referências Bibliográficas	331
Os Regimes de Duração dos Contratos Administrativos na	
Nova Lei de Licitações.....	333
<i>Ricardo de Paula Feijó</i>	
1. Introdução	333
2. O Regime Geral de Duração dos Contratos - Disponibilidade do Crédito Orçamentário	334
3. O Regime dos Contratos de Serviços Contínuos e dos Contratos de Aluguel de Equipamentos e Programas de Informática	336
3.1. O atendimento à necessidade pública permanente.....	336
3.2. O objeto da disciplina: serviços e fornecimento	338
3.3. A maior vantagem econômica da contratação.....	338

3.4. A necessidade de existência de créditos orçamentários.....	341
3.5. A aplicação para os contratos de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.....	342
3.6. O prazo dos contratos e a sua prorrogação	343
4. O Regime Excepcional de Contratações Específicas por Dispensa de Licitação	344
5. O Regime em que a Administração É Usuária de Serviço Público	346
6. O Regime dos Contratos de Eficiência	347
7. O Regime dos Contratos por Escopo	349
8. O Regime de Contratação Associada.....	350
9. O Regime de Operação de Sistemas Estruturantes de Tecnologia da Informação	351
10. Conclusão.....	351
11. Referências Bibliográficas	352
Conta Vinculada: uma Oportunidade Perdida para Melhor Gestão das Obras Públicas	355
<i>Vitor Beux Martins</i>	
1. Introdução	355
2. A Conta Vinculada em Outras Estruturas Contratuais	358
3. A Previsão da Conta Vinculada na Nova Lei de Licitações.....	362
3.1 O veto da conta vinculada nos contratos de obras públicas.....	363
3.1.1 A empreitada por preço unitário	365
3.1.2 A expressão “custear as despesas correspondentes” e a questão do lucro.....	369
3.1.3 Enrijecimento do orçamento.....	371
3.2 Garantia à Administração Pública: prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.....	373
4. O Novo Sistema de Incentivos e os Impactos na Governança dos Contratos Administrativos.....	376
5. Referências Bibliográficas.....	379

**O Regime Sancionador da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21):
Consensualidade, Reabilitação e o Direito da Conformidade 383**

Pablo Ademir de Souza

1. Introdução	383
2. O Porquê Devemos Levar o Processo Administrativo Sancionador a Sério	384
3. Sancionamos para Fazer Sofrer ou para Conformar Condutas? Breve Incursão sobre o Conceito de Sanção Administrativa e sua Finalidade.....	388
4. A Mão Pesada e Descoordenada: Tipicidade Mitigada e a Ausência de Unidade de Ritos Processuais para Aplicação das Sanções.....	391
5. “Você Me Quer Justo e Eu Não Sou Justo Mais”: Autossaneamento (<i>Self-Cleaning</i>), Integridade e Consensualidade na Resolução das Demandas	397
6. Conclusão	400
7. Referências	402

Meios Adequados de Solução de Conflitos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 409

Ricardo de Paula Feijó | Caio César Bueno Schinemann

1. Introdução	410
2. Conflitos da Administração Pública Passíveis de Submissão aos Meios Alternativos.....	411
3. Mediação e Conciliação	413
4. Comitê de Resolução de Disputas (<i>Dispute Boards</i>)	414
5. Arbitragem.....	416
5.1 A competência para firmar convenções arbitrais	417
5.2 As medidas de urgência nas arbitragens com a Administração Pública.....	418
5.3 Panorama geral dos regulamentos Estaduais de arbitragem	419
6. Escolha dos Árbitros, Mediadores e Integrantes de Comitês.....	421

6.1 Inexistência de relação contratual e desnecessidade de licitação	422
6.2 O entendimento pela inexigibilidade de licitação	423
6.3 A decisão sobre o tipo de arbitragem e a relação jurídica com as Câmaras de Arbitragem e Mediação	425
6.4 A solução inadequada do credenciamento para a escolha das Câmaras de Arbitragem e Mediação	426
6.5 A escolha dos agentes dos meios alternativos como decisão discricionária e a necessidade de motivação	427
7. Retroatividade da Lei nº 14.133/2021	428
8. Conclusão	428
9. Referências	429
A Lei 14.133/2021 e a Nova Delimitação Normativa do Reequilíbrio Econômico-Financeiro na Contratação Pública	433
<i>Luis Alberto Hungaro Alif Ronaldo Soares Domingues</i>	
1. Para que Veio a Lei 14.133/2021?.....	434
2. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato na Constituição Federal e na Lei n. 8.666/1993	435
3. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato na Lei 14.133/2021	439
3.1 O conteúdo normativo geral do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato na Lei 14.133/2021	439
3.2 O conteúdo específico do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante o uso da matriz de riscos	445
3.3 O procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato	452
4. Conclusão	455
5. Referências Bibliográficas.....	457

Considerações sobre a Disciplina dos Mecanismos Alternativos à Resolução de Controvérsias na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	459
<i>Ana Carolina Hohmann</i>	
1. Introdução	460
2. Os Mecanismos Alternativos de Resolução de Controvérsias: um Breve Retrospecto	462
3. A Arbitragem na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	473
4. Conclusões.....	487
5. Referências Bibliográficas.....	488
Nulidade dos Contratos Administrativos na Nova Lei Geral de Licitações	491
<i>Bruna Lícia Pereira Marchesi</i>	
1. Introdução	491
2. A Nulidade dos Contratos na Pretensa Nova Lei Geral de Licitações.....	492
2.1 Causas para a declaração de nulidade de contrato administrativo na Lei nº 8.666/93.....	492
2.2 Requisitos para a decretação de nulidade contratual. Comentários ao artigo 147 da Lei nº 14.133/2021	497
2.3 Consequências da decretação da nulidade: direito de indenização	506
3. Conclusão.....	512
4. Referências Bibliográficas.....	514
O (Nem Tão) Novo Regime de Extinção dos Contratos.....	519
<i>Rodrigo Pavan de Valões</i>	
1. Introdução	520
2. A Escolha Terminológica do Legislador.....	520

3. As Modalidades de Extinção dos Contratos Administrativos (Além do que Prevê a Nova Lei)	521
4. As Hipóteses de Extinção dos Contratos por Inadimplemento.....	526
4.1 As “Submodalidades” da Rescisão por Inadimplemento	526
4.1.1 Motivos Imputáveis ao Contratado. O Rol do caput do Art. 137.....	528
4.1.2 A previsão do § 1º, do art. 137. Regulamento.....	536
4.1.3 Motivos Imputáveis à Entidade Contratante. Art. 137, § 2º.....	537
4.1.4 Ainda sobre os Motivos Imputáveis ao Ente Contratante. A Faculdade de Suspensão do Cumprimento das Obrigações. Art. 137, § 3º.....	542
4.1.5 A Notificação dos Emitentes das Garantias. O § 4º, do art. 137.....	544
5. O Art. 138 e a Origem da Decisão que Põe Fim ao Contrato por Inadimplemento/Inexecução	547
6. As Consequências da Extinção do Contrato por Inadimplemento.....	551
7. Considerações Finais	552
8. Referências Bibliográficas.....	553
Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.....	555
<i>Guilherme Brenner Lucchesi Maria Victoria Costa Nogari</i>	
1. Introdução	555
2. Disposições Gerais – Revogação dos Arts. 83 a 85 da Lei n.º 8.666	556
3. Disposições Penais: Revogação dos Arts. 89-99 da Lei n.º 8.666, de 1993, e Substituição pelos Arts. 337-E A 337-P do Código Penal	558
3.1 Contratação Direta Ilegal (Art. 337-E, CP).....	560
3.2 Frustração do Caráter Competitivo da Licitação (Art. 337-F).....	565
3.3 Patrocínio de Contratação Indevida (Art. 337-G).....	566
3.4 Modificação ou Pagamento Irregular em Contrato Administrativo (Art. 337-H).....	567
3.5 Perturbação de Processo Licitatório (Art. 337-I)	569
3.6 Violação de Sigilo em Licitação (Art. 337-J).....	570

3.7 Afastamento de Licitante (Art. 337-K)	571
3.8 Fraude em Licitação ou Contrato (Art. 337-L)	573
3.9 Contratação Inidônea (Art. 337-M)	576
3.10 Impedimento Indevido (Art. 337-N)	577
3.11 Omissão Grave de Dado ou de Informação por Projetista (Art. 337-O)	578
3.12 Pena de Multa (Art. 337-P)	580
4. Disposições Processuais: Revogação do Rito Previsto nos Arts. 103 a 107 da Lei n.º 8.666/93	582
5. Conclusão	583